

ENTRE BAILES E BATUQUES: A CORTE “AFRANCESADA” DE D.PEDRO II

Ajanayr Michelly Sobral Santana

Patrícia Cristina Aragão (Orientadora)

RESUMO: Neste trabalho, destacaremos os novos hábitos e costumes da Corte brasileira. Mostraremos as contradições da Corte Imperial, que impunha os melhores hábitos de civilização com seus costumes europeus, mais que convivia com uma densidade de escravos, num país quase negro com seus costumes africanos. Assim, o Império de D.Pedro II oscilava entre os bailes e concertos com as ruas do trabalho escravo. Dessa forma a Corte tentava fazer da escravidão uma coisa invisível, e esta era e seria, até o final do reinado de D.Pedro II, a grande contradição do seu Império. Com base na análise das práticas e representações de Chartier que nos sugere ver como está representadas essa nova Corte, utilizaremos as práticas que influenciaram a vida cotidiana da sociedade brasileira no Segundo Reinado, partindo dos modos de vivências, observaremos como foi construída e pensada essa nova imagem em modos europeus.

Palavras-Chave: Costumes europeus; Império das Festas; Representação.

A permanência da escravidão no Brasil, na segunda metade do século XIX, não condizia com o modelo de civilização que o Império brasileiro sempre procurou passar. Sob a influência das idéias iluministas e de intelectuais, muitas pessoas pensavam que não era possível construir uma nação verdadeiramente livre e moderna conservando a escravidão. Ao mesmo tempo, na primeira metade do século XIX, cresciam as pressões internacionais pelo fim do tráfico negreiro. Em 1850, é decretado o fim do tráfico de negros africanos no Brasil. Com essa medida, foi possível investir em infra-estrutura e nos transportes ferroviários. De 1854 a 1858 foram construídas estradas de ferro, linhas telegráficas, linhas de navegação; e a iluminação a gás chegou às cidades. As importações aumentaram, aumentando também as exportações de café no mercado estrangeiro, que passou a ser, a partir de 1845, um negócio otimista e lucrativo para o progresso das nações.

O Império de D. Pedro II começava a se modernizar, e o modelo adotado foi a Paris burguesa, tornando assim, o Brasil uma Corte de modos europeus. Para tal modernização o Brasil precisava mudar a sua imagem, como se ‘branquear’, adotando uma política maciça de imigrantes europeus. É dentro desse universo que representaremos a Corte Imperial de D. Pedro II, e como foi construída essa ‘nova’ imagem em modos europeus para o Brasil. Com base na análise de práticas e representações de Roger Chartier, entendemos que as representações:

“Tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler...As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a

sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”(CHARTIER;1990;16-17)

O Império usou das representações da modernização europeia para moldar certos costumes e hábitos, e viabilizar determinados modelos de civilização para a sociedade brasileira, que foi concebido pelos poderes dominantes.

O país se tornaria, assim, uma Corte de modos ‘afrancesados’, onde se pretendia imitar as mesmas sociabilidades da corte francesa, incorporando novos hábitos de consumo, mudando o estilo de vida da sociedade. Desta forma, mostraremos as contradições dessa Corte ‘quase’ francesa, que impunha os melhores hábitos de consumo e costumes, mais que na realidade oscilava entre os bailes elegantes e as ruas do trabalho escravo.

Em 1840 e 1860, se cria uma ‘febre’ de bailes, concertos, reuniões e festas. A Corte Imperial impunha os melhores hábitos de civilização, tudo importado dos produtos culturais da Inglaterra e França. Os teatros se tornaram uma das grandes atividades da Corte, que era um contraste com a realidade local. As maiores diversões passou a ser os bailes e as reuniões, onde a elegância da Corte começou a viver com o odor das ruas, marcada pelas cores e culturas africanas. Numa Corte de bailes, concertos, festas, um país ‘civilizado’, o mundo escravo, tão presente nas ruas, passou a representar, na ótica da Corte, algo transparente e silencioso. Num país ‘quase’ negro, a Corte tentava fazer da escravidão uma coisa invisível, como se ela não existisse. Mais existia, e os negros estavam nas ruas com seus hábitos e costumes africanos. A escravidão, portanto, era e seria, até o final do reinado de D. Pedro II, a grande contradição de seu império, que era ‘quase’ europeu.

A Imagem do Império

As muitas e longas viagens que D. Pedro II fazia pelas vilas e fazendas, contribuía para ‘ajudar’ a classe senhorial a construir sua auto-imagem à semelhança da imagem do Império. Mais qual seria essa imagem? A do próprio Imperador com sua família? Ou seria a sua auto-imagem como Imperador do Brasil?

“[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o, sobretudo a minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade, mas não sei por quê, com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posições política, preferia a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu há onze anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo. Jurei a Constituição; mas ainda que não jurasse seria ela para mim mais poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos

benéficos de onze anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros [...] respeito e estimo sinceramente minha mulher cujas qualidades constitutivas de caráter individual são excelentes.” (NOVAIS;1998;184)

Nas fotografias percebemos que o imperador possuía diversas faces, uma hora posa de forma diversa, pomposamente oficial com uma das mãos escondidas no paletó. Seria essa a imagem do Império? Ou a face do imperador não espelhava o Segundo Reinado? Sabemos que a imagem do Império, que foi transmitida, era a imagem da família imperial. Juntamente com esta imagem foi escolhida, também, a cidade do Rio de Janeiro como representação do Império. Podemos observar na visão do

“jornalista alemão Von Koseritz, radicado desde 1851 no Rio Grande do Sul, quando passou pela corte em 1883: ‘ Sentimos aqui pulsar a vida do Império – aqui encontramos o ponto central e mais importante dele [...] vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião publica [O Rio de Janeiro e o Brasil e a rua do Ouvidor e o Rio de Janeiro”’. (Idem;185)

A cidade do Rio de Janeiro era o exemplo de ‘civilização’ e, portanto, a imagem que deveria ser seguida em outras regiões. Esta cidade estava longe de ser uma cidade ordenada de acordo com o modelo de civilização da Europa, mas era a capital imperial, que nada tinha de metrópole européia, e que aparecia, quase sempre, em imagens ambíguas: de um lado os salões de festas e do outro as ruas do trabalho escravo. No Rio de Janeiro foram construídas novas edificações e novas lojas para servir a corte. Foram edificadas Palácios majestosos, edifícios monumentais e amplas avenidas. E, também, Petrópolis representou durante muito tempo a utopia do país europeu que o Brasil poderia vir a ser conforme o desejo da elite imperial, por representar a cidade que mais se parecia com a Europa durante o inverno, devido a seu clima frio e seco.

Em uma sociedade onde a maioria da população era analfabeta, houve a necessidade de se ter uma imagem visual, a exemplo da fotografia, que possibilitasse um novo tipo de conhecimento mais imediato, ao mesmo tempo em que integra os grupos sociais a forma de auto-representação, até então reservada à pequena elite que encomendava a pintura de seu retrato. Por isso, o século XIX foi dominado pelo retrato. Com isso, começaram a existir vários fotógrafos, que tiravam fotos a baixo custo, possibilitando assim que muitos trabalhadores pudessem usufruir desse artifício. Portanto, a fotografia passou a ser a imagem da boa sociedade. A foto criava “ uma representação que fornecesse ao cliente a ilusão da realidade embelezada” (Idem;195) . Era importante também a figura do fotógrafo, pois ele era “um alquimista moderno que manipula humores de composição certa, combinando física e química na

criação de uma beleza renovada pela técnica. Um novo tipo de artista onde a técnica influenciava as representações sociais” (Idem; 195).

Nenhuma outra família gastou tanto com fotografias quanto a família imperial. D. Pedro II é sempre lembrado nos livros de história da fotografia como um dos grandes incentivadores das fotografias:

“As fotografias pertencentes à família imperial incluem uma gama variada de temas: desde os retratos posados mais formais, passando pelas imagens do cotidiano, até os panoramas e os registros das solenidades do Império em diferentes províncias. Em algumas imagens, como aquelas em que o imperador ou a imperatriz permitem que suas figuras sejam duplicadas e postas frente numa mesma fotografia, fica patente o bom humor e a aceitação em desmascarar, mesmo que de brincadeira, a encenação fotográfica. Já em outras, mais serias e posadas, fixa-se o inesperado, prejudicando a pose ideal mas enriquecendo o registro casual. (Idem;197)

As imagens nas fotografias, remetem aos padrões da cultura Ocidental, portanto, D. Pedro II, nas imagens fotográficas, sempre é visto como um intelectual, a imagem que se quer mostrar para o mundo. Percebemos que a família real gostava muito de fotografias, e a quantidade demonstra a importância que ela dava aos retratos, principalmente, aos que estavam presentes toda a família real. Observando as belas fotos da família imperial, vimos D. Pedro II em seu gabinete particular, rodeado com seus livros; em outra cena vimos a princesa Isabel tocando piano no Palácio das Laranjeiras; outra, um passeio de charrete dos filhos da princesa com o conde d’Eu. Também, vimos a imperatriz Tereza Cristina e sua filha, a princesa Isabel, em pose serena e meiga em seus aposentos no Palácio Real.

A clientela dos estúdios era formada pela classe senhorial e pela população urbana. Freqüentar um ateliê fotográfico fazia parte de um conjunto de comportamentos que pretendiam igualar os dos habitantes do Rio de Janeiro ao morador de Paris, e a Rua do Ouvidor ao boulevard des Italiens, integrando a cidade na civilização Ocidental. As fotografias, portanto, começaram a fazer parte da etiqueta da sociedade brasileira na época do império de D. Pedro II.

Alguns fotógrafos produziam imagens de escravos dentro e fora de seus ateliês. “Variada coleção de costumes e tipos de pretos, coisa muito própria para quem se retira para a Europa” (Idem; 204). Os fotógrafos tiravam retratos dos escravos exercendo funções cotidianas, em outras estes trajavam roupas bem cuidadas, mas sempre descalços, mostrando a sua condição de escravos, apesar de estarem tirando fotos. Eram raras as fotos que os negros apareciam com a família que eles serviam.

Compras na Rua do Ouvidor, idas ao teatro e aos salões, a corte sempre era a referência do espaço de excelência dos fazendeiros. Além dos eventos relativos aos momentos especiais do cotidiano – casamentos, batizados, velórios – as famílias mais abastadas das fazendas também

organizavam saraus e bailes. Os inventários de grandes fazendeiros são ricos em referências de móveis, pratarias, jóias e roupas finas e importadas, denotando um consumo opulente.

Novos hábitos de vida na corte de D. Pedro II

A corte imperial se tornou o mundo dos passeios e dos novos hábitos de consumo. Inauguravam-se, a cada dia, novas lojas de modistas franceses, floristas, joalheiros e charuteiros. Foi reduzido o número do comércio de escravos, e com isso surgiram os passeios à tarde, e os chás nas confeitarias elegantes. As mulheres usavam saias longas e xales de seda da Índia, tudo requintada com tecidos ingleses e modelos vindos de Paris. As costureiras que cuidavam da moda tinham nomes franceses. E completando a vida na corte, tinha as livrarias e as casas de banho.

A Rua do Ouvidor pretendia imitar a mesma sociabilidade das cortes européias. José de Alencar nos diz que a Rua do Ouvidor era “frívola, artificial e fútil” (ALENCAR; 14). A rua era composta por lojas de modas, jogos simbólicos de pertencimento a essa sociedade:

“Alguém chamou-a de rainha da moda e da elegância; outrem do estirito ‘Fórum’ onde se debatem todas as questões da política, do comércio e da literatura, das artes e sobretudo das modas; ‘nervo’ simpático da população que repercute as suas impressões por todo o corpo da gigantesca cidade. Estourou em 1862 com as grandes lojas – ‘Notre Dame de Paris’, ‘Wallersteint Masset’, ‘Desmarais’, ‘Bernardo Ribeiro’ [...] Aqui grupos de senhoras elegantes passam elegantemente vestidas, com todo o apuro das mais belas parisienses, parando como borboletas que pousam pelas vitrines de flores, jóias, sedas, grinaldas [...]” (SCHVARCZ;2004;108)

A capital do império era a difusora de hábitos, costumes e até linguagens pra todo o país, além de se transformar o cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade. As pessoas tinham um modo diferente de se comportar em público. As senhoras da corte tinham maneiras arrebitadas à francesa, cuidando unicamente de modas e de toucador.

A vida na corte era: roupas elegantes para as senhoras, ramalhete nas mãos das damas, o charuto para os homens, os bailes nos cassinos, plumas, rendas de Bruxelas e da Inglaterra. A sociedade brasileira experimentava as maravilhas da convivência social e fazia do Brasil o último grito da moda parisiense. A corte estava cercada pelo ambiente rural, e a escravidão estava em qualquer parte. Portanto, a elegância européia convivia com o odor das ruas, era uma corte marcada pelas cores e costumes africanos.

Nos anos de 1850, tem-se um aumento nas importações de pianos. Com isso, desenvolveu-se um importante mercado para esse instrumento. A compra do piano dava *status*,

porque era moda. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incharacterístico. Assim, inauguravam – no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas – o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornara visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo.

A etiqueta era um instrumento fundamental na corte do Segundo Reinado. No final do século XVIII, pouco antes da revolução, a elite francesa adotou padrões e regras à mesa, tudo em nome da ‘civilização’, alterando comportamentos sociais. Portanto, a corte brasileira impunha novos hábitos a mesa, sobretudo em meio à corte francesa, essa grande impulsionadora de modos, que fazia, de seus costumes, hábitos nacionais e aos poucos Ocidentais.

O comportamento nobre e cortês passa a ser comparado aos modos rudes do camponês, e a postura oposta a este, passa a ser recomendada e ensinada a adultos e crianças. Portanto, é criado um novo gênero literário dedicado a boas maneiras e comportamentos. Os Guias de boas maneiras seriam: criar uma civilização; impor modelos de etiqueta a sociedades carentes desse tipo de escola; ensinar a arte de comer e de se comportar.

Entre Bailes e Batuques

Por meio das cerimônias públicas, em cortejos ou em frente das procissões religiosas, a monarquia transformava suas aparições em espetáculos, onde este transformava realidade em representação. As festas transformavam-se em instrumentos estratégicos na afirmação da realeza. D Pedro II se tornou, enquanto representação, uma mistura de pequeno D. Sebastião com Imperador do Divino, e com isso, ele seria um monarca divino, mais brasileiro, que encarnaria as esperanças do povo.

As grandes datas cívicas se ajustavam ao formato dos cortejos populares e ganhavam novos adornos e leituras, em virtude de seu apelo teatral: as pessoas iam às festas para ver e serem vistos, e também para encontrar um rei místico do imaginário popular. As festas eram realizadas para comemorar, principalmente, datas importantes da família real. A festa da Glória, por exemplo, tinha como principal atração o cortejo imperial.

Para cada ocasião uma roupa diferente, para cada data um ritual especial. Mas as festas do Império não eram exclusivamente oficiais. Ao contrario, na maior parte do ano, as festas populares enchiam de ‘cores’ o Império. Nessas ocasiões é o imperador quem cede o seu lugar ao povo.

Em um país marcado pela escravidão, as festas dos brancos eram realizadas, em sua grande maioria em palácios e teatros, onde ocorriam os bailes e saraus; e os negros faziam suas festas nas ruas ou nas senzalas das fazendas:

“Enquanto nos bailes a corte se vestia à européia e transformava a escravidão numa cena quase transparente, nas festas populares as cores e adereços eram outros. Além disso, nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, no meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada”(Idem;258)

Além da mistura de camadas sociais, essas festas causavam estranhamento devido às roupas e aos gestos, misturados com sensualidade e alegria. Em tais momentos de festas os negros convertidos ao catolicismo acabam usufruindo das festas e procissões religiosas para criar elementos de identificação: aderem aos rituais católicos, mas introduzem novas versões para eles. Eles tinham a prática de pintar os santos de negro e fazer as procissões em ambientes descontraídos, onde eles davam uma nova releitura das práticas culturais.

As comemorações cívicas, as cerimônias de coroação e os cortejos imperiais, eram saudados com batuques e congadas, contrastando com as manifestações da etiqueta da corte. Aqui, o catolicismo dos reis misturava-se com a religiosidade dos escravos africanos. Estes tinham uma grande participação nas festas religiosas, e ganhava mais destaque quando se tratava da padroeira deles. Nessa ocasião, o rei cristão virava o rei do Congo, e a Virgem Maria era reconhecida como Nossa Senhora do Rosário, com efeito, assim como os negros eram convertidos ao catolicismo, este era por eles modificado.

Muitos negros ao chegarem ao Brasil, foram obrigados a se converterem ao catolicismo e abraçar os seus santos. Mas sem querer abrir mão dos santos africanos, os negros acabaram por modificar nomes, feições e conteúdos daqueles, e passaram a cultuarem a sua maneira em meio às festas do império.

Entre as procissões havia uma mistura do sagrado e do profano, onde a sensualidade e a cachaça coexistem com os santos. Na procissão em homenagem ao Senhor do Bonfim, exercitava o jogo da ‘promiscuidade das diversas raças’:

“Para as classes inferiores, são os passeios, nos dias de festas, os divertimentos preferidos, e aproveitam-se da ocasião dos dias santificados dos diversos padroeiros para festejar no Recôncavo com as feiras, que são concorridas por grande multidão. Os festejos de Nosso Senhor do Bonfim [...] atraem inumerável aglomeração de povo, e duram, com a iluminação da igreja e dos edifícios próximos, alguns dias e noites. O vozerio e os divertimentos extravagantes do grande número de negros, ali reunidos, dão a essa festa popular uma feição estranha e excêntrica, da qual só pode fazer idéia quem observa as diversas raças na sua promiscuidade”(Idem;269).

Entre as festas não religiosas, o batuque é uma das mais difundidas. Era uma dança que ocorria, quase sempre, em comemorações especiais, como casamentos, mas também nos dias não festivos no cotidiano das ruas. O batuque seria um ritual de libertação dos negros ao cativeiro. Nos dias de festas eram permitidos para estes se entregarem livremente a seus folguedos. Eles costumavam-se reunir em lugares destinados a essa dança, quer disser, aos arredores da cidade. Essas músicas e danças, serviam para eles esquecerem dos maus-tratos e tristezas da semana. Com o batuque os negros sentiam-se felizes, pois durante essas horas tem a ilusão de eles serem independentes e livres.

Esses lugares de danças eram a manifestação de uma liberdade quase virtual, porque afastava do cotidiano da escravidão. O batuque significava o 'espaço do outro', com sua licenciosidade e ritmos frenéticos, revelavam o descontrole que o dia-a-dia reprime.

O Entrudo mobilizava largas faixas da população, que se dedicavam ao 'jogo', esquecendo momentaneamente diferenças sociais, etárias e sexuais. Mesmo com a proibição em 1854, o entrudo continuou a ser realizado, porém em menor escala. O ritual sobreviveu não só como expressão mais como festa.

Apos o entrudo é o carnaval que se destaca. Seu primeiro desfile foi no ano de 1855. Com seu caráter transgressor, o entrudo era o irmão mais velho do carnaval. Congregando, sobretudo, setores da elite e a própria família real, o carnaval teve seu apogeu entre 1854 a 1871. Nessa época, foliões ganhavam as ruas, fazendo da festa um feriado nacional.

Entrudo e carnaval: o primeiro mais individualizado e anárquico; o segundo uma brincadeira mais organizada, intelectualizada e comandada do alto dos carros ou dos salões das grandes sociedades.

O 'novo' carnaval fazia parte de um projeto 'civilizatorio', mais amplo que, nesse caso, procurava mudar o caráter do ritual brasileiro, transformando-o numa copia européia veneziano:

“E por isso mesmo que o carnaval com suas Sociedades era marcado pela condição mais elevada de seus participantes, diferentemente da plebe que se divertia nas ruas. Estudantes, artistas, jornalistas, literatos...compunham as Grandes Sociedades, que foram sendo criadas durante as décadas de 60 e 70”(Idem;281).

Essas festas mostram a grande contradição do reinado de D. Pedro II. Este que quis transformar o Brasil numa nova Paris Burguesa, e a sociedade brasileira numa imitação do modelo de civilização européia; mais convivía com uma densidade de negros, que tinham sua própria cultura, costumes e festejos, vindos da África. Apesar da tentativa de transformar a escravidão numa coisa invisível, e os negros como se não existissem, não adiantou, pois eles estavam nas ruas com seus batuques e cores.

A Corte imperial transformou a cidade do Rio de Janeiro a imagem da civilização do Império e fez da fotografia a propaganda pessoal de D.Pedro II, para ser visto pelo mundo como

um imperador exemplo de intelectualidade. A fotografia passou a ser algo tão importante, que foi comparada a etiqueta da sociedade brasileira.

Como não poderia deixar de ser, D. Pedro II assinala o fim do Império com um ultimo baile e uma ultima fotografia da família imperial. O Baile da Ilha Fiscal foi uma festa que mudou o cotidiano da cidade. Cabeleireiros, barbeiros, modistas e alfaiates não paravam de trabalhar:

“Calcula-se que cerca de 3 mil pessoas compareceram à festa. Os convidados eram recebidos com bandas de musicas e taças de champanhe. A festa durou ate as cinco horas da manha, fechando em grande estilo as portas do Império” (NOVAIS;1998;229).

O baile foi realizado no dia 9 de novembro, e mesmo depois da Proclamação da Republica, ainda se comentava a festa, como se nada tivesse mudado. Ao lado da grande festa coloca-se a ultima foto da família Imperial:

“Essa foto, tirada na varanda do palácio de Petrópolis, apresenta a imperatriz, d. Antonio, a princesa Isabel, D. Pedro II, d. Pedro Augusto, d. Luis, o conde d’Eu e d. Pedro – o príncipe do grão-pará. D. Antonio esta sentado à frente do grupo; a imperatriz, sentado ao lado, esboça um leve sorriso; a descontraída princesa Isabel abraça o pai, que mantém a pose de imperador, com uma das mãos dentro do casaco, à la Napoleão; os demais, de pé, deixam-se fotografar em pose solta”. (Idem;229).